

Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe do Gabinete da Senhora
Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

gabinete.maap@maap.gov.pt

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
314	03-05-2022	Nº: 4653/2022 42.21.02.	

Assunto: **Pergunta n.º 90/XV/1.ª, de 3 de maio de 2022, do PS
Peixes mortos na barragem de Santa Águeda (Marateca), Castelo Branco**

Em resposta à Pergunta n.º 90/XV/1.ª, de 3 de maio de 2022, formulada pela Senhora Deputada Paula Reis e Senhores Deputados Nuno Fazenda, Tiago Monteiro, Hugo Pires e Ricardo Pinheiro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

1. Tem a APA conhecimento desta ocorrência?
2. Têm sido ou estão a ser realizadas diligências no sentido de analisar/ apurar as causas desta situação? Se sim, quais foram as conclusões?
3. A APA adotou ou tem planeadas algumas medidas relativamente a esta situação? Se sim, quais?

A APA está a acompanhar no terreno a ocorrência da morte de peixes na albufeira de Santa Águeda/Marateca, quer através de ações de fiscalização, quer através do reforço da monitorização da qualidade da água da albufeira.

Os peixes encontrados mortos eram adultos, em fase de desova, pertencentes maioritariamente à mesma espécie - pimpão -, tendo também sido encontradas algumas carpas, representando os pimpões mais de 95% dos exemplares encontrados mortos ou moribundos. Os meses de abril-maio correspondem a períodos de desova e pós-reprodução dos pimpões (e das carpas), caracterizados por menor resistência dos peixes a condições desfavoráveis.

As ações de fiscalização têm sido realizadas em estreita articulação com o SEPNA, não tendo até à data sido detetada a ocorrência de descargas indevidas quer na albufeira, quer a montante, nas linhas de água afluentes à albufeira.

Contrariamente ao veiculado na comunicação social, verifica-se o cumprimento dos valores limite de emissão dos parâmetros definidos nas Licenças de Descarga das ETAR localizadas a montante da albufeira

de Santa Águeda - ETAR de Louriçal do Campo e ETAR da Soalheira -, não tendo sido detetados incumprimentos. As Licenças em vigor obrigam à remoção do Fósforo.

Relativamente à monitorização da qualidade da água, a albufeira de Santa Águeda/Marateca é monitorizada mensalmente quer pela APA, quer pela AdVT, tendo o atual reforço da monitorização sido definido de forma conjunta pelas duas entidades. Foram analisados os parâmetros físico-químico gerais, pesticidas, outras substâncias prioritárias e poluentes, o fitoplâncton e as microcistinas, metais e microbiologia.

Foram recolhidos peixes mortos no dia 19/04/2022, entregues no Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA, I. P.), para a realização de uma análise anátomo-patológica, e no dia 27/04/2022, entregues no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV) para a realização das seguintes análises:

- Vírus herpes da carpa Koi (KHV);
- Pesquisa de bactérias aeróbias;
- Pesquisa de bactérias anaeróbias;
- Identificação de cada bactéria isolada;
- Exame Histopatológico.
- PE-021-PSA/VIR Pesquisa do vírus da Septicémia Hemorrágica Viral (VHSV), por RT-PCR em tempo real;
- PE-039-TSA/RT Pesquisa de Resíduos de Carbamatos.

Os resultados das análises realizadas pelo INIAV foram remetidos à Divisão de Epidemiologia e Saúde Animal (DESA), da Direção de Serviços de Proteção Animal (DSPA) da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). Os esclarecimentos relativos aos pesticidas utilizados em Portugal foram obtidos junto da Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária (DSMDS) da DGAV. A APA solicitou, ainda, parecer ao ICNF, I. P., tendo enviado para o efeito os dados de qualidade da água e os resultados das análises realizadas aos peixes, e ao MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente.

De acordo com os resultados da monitorização realizada pela APA e pela AdVT não se constatou a degradação da qualidade da água:

- Verificaram-se incumprimentos pontuais dos valores limite para o Fósforo Total, Azoto Total e Nitrato, sendo que no caso do Fósforo Total são da mesma ordem de grandeza dos valores que são normalmente obtidos nesta albufeira.
- Os pesticidas analisados para os quais já se dispõem de resultados apresentam valores abaixo do Limite de Quantificação (LQ), aguardando-se os resultados para o Glifosato e respetivo metabolito (AMPA).
- Outras substâncias prioritárias e poluentes analisados, metais e microcistinas, apresentam valores abaixo do Limite de Quantificação ou da respetiva norma de qualidade



- A Clorofila a apresentou concentrações acima do valor limite para o Bom estado em abril, mas da mesma ordem de grandeza dos valores que são normalmente obtidos nesta albufeira, sendo que a 10 de maio cumpria a Clorofila a cumpria o valor limite para o Bom estado.

Os resultados das análises deram negativo para os vírus Herpesvírus da Carpa Koi (KHV) e Virémia Primavera da Carpa (SVCV) e positivo para a presença das bactérias *Aeromonas sobria* e *Aeromonas hydrophila*. A DGAV no seu parecer refere que “A deteção de bactérias do género *Aeromonas* é frequente nas águas, sobretudo se ocorrerem alterações climáticas que determinem a conseqüente alteração da temperatura, pH e níveis de oxigénio existentes na água, mas não serão, à partida, o agente causal de morte destes animais.” O Parecer do ICNF, I.P. refere “Com base nos resultados das análises laboratoriais aos peixes, e no facto de se encontrarem diversas referências bibliográficas com ocorrência de mortalidade em pimpão associada a bactéria *Aeromonas sobria*, tendo em consideração a maior suscetibilidade do peixe durante a fase reprodutiva e no pós-desova e um eventual episódio de eutrofização que terá sido coincidente com o período em que ocorreu a mortalidade é nossa opinião que a mortalidade de peixe ocorrida se poderá dever a conjugação destes dois fatores embora não o possamos afirmar com toda a certeza.”

A APA vai continuar a acompanhar a situação na albufeira de Santa Águeda, quer através da monitorização, quer através da fiscalização, em estreita articulação, respetivamente, com a AdVT e com o SEPNA, e conjuntamente com o ICNF, I. P. irá avaliar a pertinência de realizar operações de extração preventiva de biomassa piscícola. Na sequência da receção dos resultados das análises que ainda se aguardam será equacionada a necessidade de desenvolver novas medidas.

Importa referir que a qualidade da água para abastecimento público, estabelecida no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, tem sido sempre garantida pela AdVT, tal como comprovam os resultados da monitorização realizada por esta entidade, de acordo com a legislação em vigor, regularmente disponibilizados à APA, assim como ao Delegado de Saúde e às Empresas Gestoras.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Catarina Gamboa

CG/PC